



ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES DO PARANÁ / CONCIDADES - PR, que ocorreu no dia **26 de Julho de 2019**, com início às 9 horas, no Hotel Estação Express, na Rua João Negrão, 780, Centro, Curitiba, Paraná, com a presença dos seguintes conselheiros: Alcione Cunha (**AGAP - DEVIVA**); Ana Lúcia Rodrigues (**UMP - PR**); Ângelo Barreiros (**CONAM**); Antônio Weinhardt Junior (**SEDU**); Aparecido da Silva Castro (**CONAM**); Aparecido Rubio de Araújo (**CONAM**); Aurita Ferreira Bertoli (**UMP - PR**); Carlos Alberto Cardoso (**CONAM**); Carlos Augusto Storer (**PARANACIDADE**); Custodio Rodrigues do Amaral (**CONAM**); Eloir Ernani Alberti (**COMEC**); Erivelto Luiz Silveira (**SANEPAR**); Francisco José Gouveia de Castro (**IPARDES**); Gilmário Ferraz da Silveira (**SEDU**); Hélio Bampi (**FIEP**); Hilma de Lourdes Santos (**MNLM**); Jair Francisco dos Santos (**SANEPAR**); Janaína de Fátima Chudzik (**IHG PR**); José Abel Brina Olivo (**Aberta**); José Aparecido Leite (**APDEC**); José Borges (**MNLM**); Marcia Gomes de Oliveira (**MNLM**); Maria das Graças Silva de Souza (**UMP - PR**); Maria de Fátima Barth Antão Castro (**Castro**); Maria José Barbosa (**CMP**); Mauricio Rodrigues de Souza (**MNLM**); Mauro Sergio Langowski (**CMP**); Milton Luiz Brero de Campos (**COMEC**); Mozarte de Quadros Junior (**SEMA**); Neuza Ferreira da Silva (**UMP - PR**); Paulo Nobukuni (**UNICENTRO**); Rejane Costa de Oliveira Paredes (**UMP - PR**); Ronald Peixoto Drabik (**ACIC**); Sebastião Francisco Rego (**CMP**); Tais Rafaela Bueno (**CMP**); Valdir Aparecido Mestriner (**PR**); A qual teve a pauta: **1.** Abertura Regimental realizada pelo Secretário Executivo do CONCIDADES – PR, Senhor Orlando Bonette; **2.** Informes da Secretaria Executiva; **3.** Aprovação de pauta da 42ª Reunião Ordinária; **4.** Aprovação da Ata da 41ª Reunião Ordinária; **5.** Indicação da Comissão Coordenadora da 43ª Reunião Ordinária, conforme Art. 12, I, II, III e IV e § 1º e § 2º do Regimento Interno. **6.** Exposições: Bacias Hidrográficas e Mananciais; Alternativas Tecnológicas de Pavimentação de Vias e COMEC. **7.** Apresentação da Câmara Técnica de Saneamento. **8.** Apresentação da Câmara Técnica Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana. **9.** Apresentação da Câmara Técnica de Habitação. **10.** Apresentação da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Solo. **11.** Apresentação do Grupo de Trabalho Água. **12.** Apresentação do Grupo de Trabalho Mediação de Conflitos Fundiários. **13.** Apresentação do Grupo de Trabalho Acompanhamento dos Conselhos. **1. Abertura Regimental:** Abertura realizada pelo Secretário Executivo do CONCIDADES – PR, Senhor Orlando Bonette, convidando o Diretor Geral da SEDU, o Senhor Francisco Luiz dos Santos, para compor a mesa e demais membros da Comissão Organizadora de cada segmento: Ana Lúcia Rodrigues, representando os Movimentos Sociais e Populares; Janaína de Fátima Chudzik, representando Área Prof. Acadêmica e de Pesquisa; José Aparecido Leite, representando ONG's; Maria Neuza Lima de Oliveira, representando Área de Trabalhadores; Milton Luiz Brero de Campos, representando Público Estadual; Hélio Bampi, representando Área de Empresários. Convidados para compor a mesa o Dr. Regis Sartori, a senhora Ester Amélia Assis Mendes e o Senhor Neymar Silveira. O Senhor Orlando Bonette passou a palavra ao Diretor Geral, Senhor Francisco Luiz dos Santos, falou da importância da responsabilidade que temos enquanto cidadãos para contribuir na melhoria do nosso Estado. Destacou as grandes mudanças que estamos presenciando no Governo Federal, da importância de acompanhar e analisar as ações, que para possamos exigir nossos direitos, também precisamos exercer os nossos deveres como cidadãos dentro da sociedade. Relatou os avanços dos (PDUIS) das regiões metropolitanas, da importância que o conselho tem sugerindo ações de acordo com as necessidades de cada região. Parabenizou a todos pela presença e disposição em



contribuir com o Estado do Paraná. **2. Informes da Secretaria Executiva:** Conselheiros que justificaram ausência na 42ª Reunião Ordinária: Acir Ribeiro Queiroz (**CONAM**); Silvio da Silva Moraes (**SEDU**); Luiz Antonio Langer (**SECOVI PR**); Samir Jorge Vitor Masashi (**CREA PR**); Sidney Santos Silva (**CMP**); Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski (**UFPR**); Neiva Maria dapont (**ACIREN**); Lucie Mara Pydd Winter (**SPU/PR**); Walter Xavier (**FECOMERCIO**). **2.1. Reunião Realizada:** Reunião da Comissão Organizadora da 42ª R.O., realizada em 26 de junho nas dependências da SEDU; **2.2. Informes Gerais:** Disponibilizado por e-mail: Ata da 41ª Reunião Ordinária, Pauta e Programação da 42ª Reunião Ordinária. **2.3. Ofício enviados:** 09/2019/CONCIDADES/PR Da Secretaria executiva do CONCIDADES para (PREF. CAMBARA) solicitando o comparecimento da conselheira Marcia Gomes de Oliveira para as reuniões do conselho; Ofício nº10/2019/CONCIDADES/PR. Da Câmara Técnica (CT) Saneamento para (SANEPAR), ref. Palestra Bacias Hidrográficas e Mananciais; Ofício nº11/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Saneamento para (SEMA), ref. os conselhos quantos e quais são responsáveis pelas bacias hidrográficas e mananciais do Estado do Paraná; Ofício nº12/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Saneamento para (ANA); Ofício nº13/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Transporte para (ABC PORTLAND) ref. Palestra Alternativas Tecnológicas de Pavimentação de Vias; Ofício nº14/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Transporte para (DNIT) solicitando um técnico para apresentação do Projeto Contorno Sul; Ofício nº15/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Transporte para (CAM. MUN. CURITIBA) ref. A regulamentação dos patinetes; Ofício nº16/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Transporte para (ASS. LEGIS. PR) ref. A regulamentação dos patinetes; Ofício nº17/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Planejamento para (PARANACIDADE) ref. a inclusão de profissionais no Documento denominado “ Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná; Ofício nº18/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Planejamento para (GAB GOV PR) ref. a importância do trabalho do IBGE; Ofício nº19/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Planejamento para (PARANACIDADE) sobre a criados quadros técnicos multidisciplinares; Ofício nº20/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Habitação para (COHAPAR); ref. A informações do Fundo Estadual de habitação e Interesse Social; Ofício nº21/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Habitação para (Sec. De PLANEJAMENTO); relação de imóveis públicos do Estado do Paraná; Ofício nº22/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Habitação para (CX. ECO. FED.) convidando representante da Caixa Econômica Federal para participar de todas as reuniões da Câmara Técnica de Habitação; Ofício nº23/2019/CONCIDADES/PR. Da CT Habitação para (SUDIS) solicitando a indicação de um coordenador para participar das reuniões desta CT; Ofício nº24/2019/CONCIDADES/PR. Solicitado pelo Grupo de Trabalho (GT) Mediação de Conflitos Fundiários para (CASA CIVIL) solicitando a inclusão do CONCIDADES PARANÁ na composição da comissão de mediação de conflitos fundiários; Ofício nº25/2019/CONCIDADES/PR. Solicitado pelo GT Acompanhamento dos Conselhos para (PARANACIDADE) recomendando a padronização dos conselhos municipais; Ofício nº26/2019/CONCIDADES/PR. Solicitado pelo Grupo de Trabalho Aguas para (AGUAS PARANA) sobre as outorgas existentes da bacia que abastece o Município de Quatiguá; Ofício nº27/2019/CONCIDADES/PR. Solicitado pelo G T Aguas para (MINIST. PÚBLICO) ref o envio para o MP municipal; Ofício nº28/2019/CONCIDADES/PR. Solicitado pelo Grupo de Trabalho Aguas para (POL. AMB. PR) sobre o plano de preservação, conservação do manancial do município de Quatiguá; Ofício



nº30/2019/CONCIDADES/PR. Solicitado pela Câmara Técnica Habitação para (ITCG) sobre informações dos imóveis públicos do Estado do Paraná. Ofício nº31, nº32 e nº33 /2019/CONCIDADES/PR. Solicitado pela GT Mediação de Conflitos Fundiários para (SUDIS), (Cohapar) e (SESP) solicitando informações sobre áreas de conflitos, com mandato de reintegração de posse. **3. Aprovação da Pauta da 42ª Reunião Ordinária:** Leitura da realizada pelo Secretário Executivo e aprovada por unanimidade. **4. Aprovação da Ata da 41ª Reunião Ordinária:** Ata aprovada por unanimidade **5. Indicação da Comissão Organizadora da 43ª Reunião Ordinária:** José Abel Brina Olivo (ONGs); Walter Xavier (EMP); Valdir Aparecido Mestriner (TRAB); Aparecido da Silva Castro (CONAM); Gilmário Ferraz da Silveira (PPE); Maria de Fátima Barth Antão Castro (PPM); **6. Exposições:** Exposição sobre o tema Bacias Hidrográficas e Mananciais / Sra. Ester Amélia Assis Mendes / SANEPAR. Exposição sobre o tema Alternativas Tecnológicas de Pavimentação de Vias / Sr. Alexander Maschio / Associação Brasileira de Cimento Portland. Exposição Apresentação Institucional da COMEC / Gilson Santos **Deliberações:** Criação de um Grupo de trabalho Finanças; Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Habitação referente ao projeto que já está em andamento. **7. Apresentação da Câmara Técnica de Saneamento:** ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES DO PARANÁ / CONCIDADES – PR – CAMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO, que ocorreu no dia 25 de julho de 2019, com início às 14:15horas, no Hotel Estação Express, na Rua João Negrão, 780, Centro, Curitiba, Paraná, com a presença dos seguintes conselheiros: Alcione Cunha (AGAP-DEVIVA); Aparecido Rubio de Araújo(CONAN); Carlos Alberto Cardoso(CONAN); Jair Francisco dos Santos(SANEPAR); Erivelto Luiz Silveira(SANEPAR); Aurita Ferreira Bertoli. A qual teve a pauta: 1. Abertura realizada pelo (a) Sr. Erivelto Luiz da Silveira (Coordenador no dia), que convidou Sr. Jair Francisco dos Santos, para secretariar. Realizou-se a verificação da solicitação dos ofícios a Sanepar, Sema e Ana. A Sanepar, respondeu ofício através da DP 102/2019, lido para os presentes, onde responde às solicitações quanto a Política Tarifária, relação dos Municípios onde a Sanepar atua na coleta e tratamento de esgoto; Posicionamento da Sanepar quanto a privatização, enviando anexos a lista com 210 municípios no estado do Paraná. Foi debatido sobre as respostas da Sanepar, quanto aos questionamentos. O senhor Carlos Alberto Cardoso (CONAN) trouxe para debate, a forma de como as vistorias de esgoto são realizadas, anotou –se as seguintes questões relacionadas. A Sanepar realiza vistorias por amostragem, foi esclarecido no debate pelo Sr. Erivelto e Sr. Jair que este serviço é realizado em 100% das ligações e que o poder de polícia pertence as prefeituras para aplicação de penalidades. **Deliberações:** Envio de Ofício a Sanepar, solicitando Relatório atualizado, do percentual de coleta e tratamento de esgoto onde a mesma atua, e previsão de projeto de ampliação dos sistemas existentes e implantação onde atua com tratamento de água e não possui coleta e tratamento de esgoto. Envio de Ofício aos Instituto das águas, solicitando o desaçoreamento do canal extravasor em toda a sua extensão. Envio de ofício a todas as empresas de Saneamento do Paraná e a todos os Municípios do Paraná, de como são realizadas as vistorias nos imóveis, quanto a correta ligação as redes de coleta de esgoto e se as vistorias são realizadas em 100% dos imóveis. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a 42ª reunião da CT de Saneamento e eu, Jair Francisco dos Santos, secretário deste (a) CT, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes. **8. Apresentação da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e**



acessibilidade: Ata da quinta reunião ordinária da Câmara Técnica de Mobilidade Trânsito, Transporte e Acessibilidade, realizada em 25 de julho 2019, com início às 14 horas e 45 minutos, no Hotel Estação Express, localizado na Rua João Negrão,780, em Curitiba-PR, com a presença dos senhores Conselheiros do Conselho Estadual das Cidades Mandato 2018-2020, conforme lista de presença anexa. Inicialmente o Coordenador da Câmara Técnica Sr. Jose Aparecido Leite do segmento ONG's o qual representa a APDEC, nomeou como secretária a Sra. Maria de Fátima Barth Antão Castro do Segmento Poder Público Municipal a qual representa o Legislativo do Paraná, a mesma fez a leitura da ata da reunião anterior a fim de lembrar os encaminhamentos. Em continuidade o coordenador acolheu o Sr. Edson Luiz Baggio Vereador da Câmara Municipal de Colombo, o qual veio participar da reunião. Dando sequência aos trabalhos a secretária fez a leitura dos ofícios encaminhados pelo CONCIDADES, referentes às demandas da última reunião. Com relação à apresentação do Sr. Alexander Maschio representante da Associação Brasileira de Cimento Portland, ao Conselho houve resposta no sentido de que o mesmo fará a apresentação para os conselheiros na data de 26/07/2019, o qual explanará sobre suas atividades relacionadas a divulgação e apresentação do bom uso do cimento na pavimentação a fim de proporcionar vias urbanas com maior qualidade e permeabilidade objetivando a aplicação do recurso público de maneira sustentável no aspecto econômico e social. Com relação aos ofícios referente à questão dos patinetes em Curitiba, os quais seriam encaminhados à Câmara Municipal, a Prefeitura, bem como a Assembleia Legislativa do Paraná a fim de que fossem retirados de circulação os patinetes até que haja a referida regulamentação, quanto ao ofício à Câmara Municipal este teve resposta na qual informa que o Vereador Jairo Marcelino, propôs Projeto de Lei que tramita na Câmara, com relação à Prefeitura não houve encaminhamento de ofício e o ofício encaminhado à Assembleia Legislativa solicitando que está fizesse proposição de regulamentação para todo o Estado a fim de que os municípios tenham regulamentação antes de permitir o uso de patinetes, tal ofício foi encaminhado porém no texto não estava contido nosso questionamento, por um engano de redação apenas questionou-se a existência de regulamentação o que obviamente não há, desta feita, a CT. **Deliberações:** foi deliberado pelo reenvio do ofício para a Assembleia Legislativa, bem como, reitera a solicitação de envio de ofício para a Prefeitura Municipal, caso a plenária aprove, solicitamos que a Secretaria do CONCIDADES redija tais ofícios e encaminhe. Na continuidade dos trabalhos houve o debate acerca do Contorno Sul e da necessidade de haver passarelas para travessia de pedestres com relação ao ofício encaminhado pela secretaria do CONCIDADES ao DNIT indagando sobre a existência de projeto com tal previsão, prazos de possível execução e solicitação para que na próxima reunião ordinária se possível venha um técnico fazer uma apresentação dessa temática ou de projeto existente, não houve resposta do DNIT, deste modo, solicitamos à secretaria do CONCIDADES que solicite ao DNIT a referida resposta e apresentação de projeto por técnico. Na continuidade dos trabalhos o Coordenador do grupo solicitou que realizássemos a eleição de novo coordenador da CT uma vez que seu mandato já terminou, aproveitou a oportunidade para agradecer a todos pela colaboração durante a execução dos trabalhos e dizer que se despede do grupo uma vez que está saindo do Conselho por questões particulares, ressaltando que virá participar das reuniões sempre que puder uma vez que acredita muito no trabalho deste Conselho, o mesmo colocou ainda a necessidade de solicitar em plenária a indicação de um conselheiro a fim de representar o



segmento ONGs na CT. Iniciado o processo de votação foi eleita Coordenadora da CT a Sra. Janaina de Fátima Chudzik do segmento Profissionais acadêmicos e pesquisa, representando a entidade IHG-PR e como secretária a Sra. Maria de Fátima Barth Antão Castro do segmento Poder Público Municipal representando o Poder Legislativo Municipal. Finalizando os trabalhos o Conselheiro Sr Mauro Sergio Langowski do segmento Movimentos Sociais representando a entidade MNLM, juntamente com o Sr Luiz Herlain apresentaram um documento produzido pelo Sr Mauro sobre a “Tarifa Única Anual-TUA” , Gestão Coletiva Legal Republicana com Transparência Lei Nacional de Mobilidade Urbana, com dados obtidos a partir de documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito- CPI da URBS, sugerindo um novo modelo de gestão quanto ao seu estatuto, administração política-financeira e questão metropolitana considerando aqueles que ele compreende como os reais investidores, ou seja, os usuários do transporte público, não visando gratuidade. Apresentou também um cálculo demonstrativo da receita obtida pelo transporte municipal e metropolitano, após o debate entre os conselheiros foram aprovados os seguintes encaminhamentos: recebimento do documento impresso pela coordenação, que após o recebimento de uma cópia via e-mail revisada e atualizada enviada para a secretaria executiva, será repassada aos Conselheiros componentes desta CT para leitura e apreciação; destacar o mérito do trabalho apresentado; retomar o tema na próxima reunião; convidar representantes da URBS e da COMEC para uma apresentação abordando tema. Aberto espaço para as considerações finais do grupo, nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a 5ª Reunião ordinária da Câmara Técnica e eu, Maria de Fátima Barth Antão Castro, secretária, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada é assinada pelos membros presentes. **9. Apresentação da Câmara Técnica de Habitação:** ATA DA CÂMARA TÉCNICA DE HABITAÇÃO, ocorreu no dia 25 de julho de 2019, com início às 14:22 horas, no Hotel Estação Express, na Rua João Negrão, 780, Centro, Curitiba, Paraná, com a presença dos seguintes conselheiros: Aparecido da Silva Castro (CONAM); Eloir Ernani Alberti (COMEC); José Abel Brin Olivo (Cidade Aberta); Joseli Collaço (SUDIS/ GOV); José Borges (MNLM); Maria José Barbosa (CMP); Patrícia Pereira Mewes (COHAPAR); Sebastião Francisco Rego (CMP); Agnaldo Luis Gonçalves Junior (UMP); Maria das Graças Silva de Souza (UMP). A qual teve a pauta: Abertura realizada pela Sra. Patrícia Pereira Mewes dos Santos, representante da COHAPAR que convidou Desireé Barbosa Santiago para secretariar. O senhor José Abel Brina Olivo fez a leitura da ata anterior, ocorrida no dia 23 de maio de 2019, para conhecimentos das demandas havidas naquela ocasião para orientar as deliberações desta Câmara. **Deliberações:** Quanto às demandas determinadas na reunião anterior da CT de Habitação, restou pendente resposta da Caixa Econômica ao ofício 22 de 2019 do Concidades. Assim, a câmara técnica reforçou a importância da participação de um representante da Caixa Econômica no Conselho, determinando o envio de um ofício à SEDU e à COHAPAR, para que seja feita a interlocução com a Caixa, estabelecendo um canal de comunicação e participação. Foi levantada informação acerca da implementação de um programa habitacional pela COHAPAR, denominado de recursos próprios. Assim, o Conselheiro José Borges colocou a importância acerca da participação da COHAPAR nesta CT, para explicar sobre questão orçamentar, parcerias, público alvo e critérios do citado programa. Determinou-se oficial a COHAPAR para que envie um representante que explique o programa, bem como informe quais são os programas que estão sendo desenvolvidos e uma previsão de quantos municípios serão atendidos. Em seguida, a CT tratou do Projeto Social de Moradia,



determinando que seja encaminhado à SEDU um ofício para que torne possível uma reunião extraordinária acerca do projeto, contando com a presença do Superintendente Mauro Rockenbach, na segunda quinzena do mês de agosto; podendo ser realizada uma segunda reunião extraordinária em conciliação com a próxima reunião ordinária do Conselho. Em caráter informativo, a Conselheira suplente Patrícia Pereira Mewes dos Santos trouxe o tema da aplicabilidade da Norma de Desempenho (NBR 15.575) e o impacto nas questões de Habitação de Interesse Social, para que os conselheiros possam se inteirar e fomentar discussão futura. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a 5ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Habitação e eu, Desireé Barbosa Santiago, secretária desta CT, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes. **10. Apresentação da Câmara Técnica de Planejamento, Gestão do Solo Urbano e Territorialidade:** No dia 25 de julho de 2019, às 14h30min, reuniram-se, em uma das salas do Hotel Estação Express, à rua João Negrão, 780, Centro, em Curitiba, PR, os membros da Câmara Técnica de Planejamento, Gestão do Solo e Territorialidade. Estiveram presentes: Ana Lucia Rodrigues, da UMP, do segmento dos Movimentos Sociais, Carlos Augusto Storer, do PARANACIDADE, segmento Poder Público Estadual; Francisco Jose Gouveia de Castro, da IPARDES, segmento Poder Público Estadual Hilma de Lourdes Santos, do MNLM, do segmento Movimentos Sociais, Marcia Gomes de Oliveira do MNLM, do segmento Movimentos Sociais; Paulo Nobukuni, da UNICENTRO, segmento Profissional, Acadêmico e Pesquisa; Ronald Peixoto Drabik, da ACIC, segmento Área Empresarial; Tais Rafaela Bueno, da UMP, observadora; Neusa Matias Catarino, da CMP, observadora, Maryelle Narcizo da CMP, como observadora; Gilmario Silveira da SEDU, segmento Poder Público Estadual. Carlos Augusto Storer assume a presidência e coordena a reunião desta CT. Ana Lucia Rodrigues secretaria. No início da reunião Gilmario Silveira informa que passará a compor esta Câmara. O Presidente informa acerca dos expedientes encaminhados a partir das solicitações da CT, da reunião anterior. Primeiramente houve a retomada a ata da reunião anterior e das solicitações desta. Quanto aos documentos CONCIDADES PR 17/2019 e CONCIDADES PR 19/2019, encaminhado ao Sr Álvaro Jose Cabrini Jr-PARANACIDADE, não ocorreu a resposta do mesmo. Quanto ao documento que diz respeito que o Governador do Estado do Paraná encaminhasse ao Governo Federal, documento para que haja a manutenção e melhoria do IBGE, para que se garantam informações essenciais, que auxiliam no planejamento com boa qualidade, nada constou na pasta da CT. Assim, foi deliberado que se reencaminhe ao Governo Federal o mesmo. Drabik lembra que o secretário executivo do CONCIDADES PR deve ser cobrado para que os encaminhamentos da CT sejam feitos a contento. Na sequência, Ana Lúcia informa sobre o Projeto MetrÓpole Paraná Norte. Esclarece ela que, a partir da palestra de 24/05/2019, proferida por Sônia Maria dos Santos, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação, decidiu-se naquela Plenária que o CONCIDADES deve encaminhar um ofício ao Secretário da SEDU, alertando sobre os problemas então apresentados. Para isso, a conselheira passou à leitura deste Ofício proposto para ser encaminhado ao Sr. Secretário da SEDU: “A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná foi recentemente elaborada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU)/PARANACIDADE, que detém a prerrogativa de fazer política urbana para o Estado do Paraná e publicada em três volumes que expressam o extremo esforço e a competência da equipe técnica na busca de contribuir para implementar efetivamente o



Estatuto da Metrópole, avançando a política regional no Estado, por meio da definição das unidades regionais com efetiva aderência aos territórios identificados pelas Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). Portanto, tais territórios são passíveis de se implantar neles a governança Inter federativa e a efetiva governabilidade dos mesmos. Essas unidades são as Regiões Metropolitanas, as Aglomerações Urbanas e as Microrregiões, garantindo, em conformidade com os dispositivos da Constituição Federal, Constituição Estadual e Estatuto da Metrópole, a inclusão dos 399 municípios do Estado do Paraná no planejamento regional. Entretanto, paralelamente às ações da SEDU/PARANACIDADE para implementação desta Política de Desenvolvimento Regional no Estado, na contramão a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) firmou em março de 2018, contrato no valor de 3,5 milhões de reais (oriundos de empréstimo do Banco Mundial), com um consórcio composto pelas empresas Cobrape e Urbtec, com o objetivo de fazer um Plano de Desenvolvimento Regional no território denominado 'Metrópole Paraná Norte'. Ocorre que esta Unidade Regional não tem respaldo em nenhum marco legal federal ou estadual, pois não se constitui em região metropolitana, nem em aglomeração urbana ou em microrregião, as únicas unidades constantes das Leis referidas. Isso impossibilitará, por conseguinte, a formalização dessa unidade em Lei Estadual, constituindo-se o Plano realizado, em mais um Plano, sem possibilidade real de implementação. Esse é o entendimento: de que o Plano de Desenvolvimento Metrópole Paraná Norte, se dirige a um ajuntamento de 15 municípios do Norte do Paraná, estes, por sua vez, componentes de três Regiões Metropolitanas; um território sem respaldo suficiente nos marcos legais e sem atender às diretrizes da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná, nem mesmo ao previsto no Programa 17 (SEDU) do PPA-Plano Plurianual do Estado para o quadriênio 2016 a 2019. Diante do exposto, recomenda-se que V.Sa. Mobilize todos os esforços e Equipe da SEDU/PARANACIDADE para implementar as ações definidas nos marcos legais referidos e na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional, implantando os PDUIs-Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados de Londrina, Maringá e Cascavel e não dê sequência ao 'Plano Metrópole Paraná Norte'. Drabik pergunta a qual secretaria cabe fazer Planos de Desenvolvimento Urbano. Perante a leitura do documento, Paulo considera ilegal o plano, pois como a conselheira informou, no final do projeto, que consumiu 3,5 milhões de reais para ser elaborado, o Estado não conseguirá encaminhar à ALEP e aprovar uma lei que crie o território composto pela Metrópole Paraná Norte, à medida que não se trata de Região Metropolitana, nem de Aglomeração Urbana, ou mesmo de uma Microrregião, que são os territórios definidos nos marcos legais (Estatuto da Metrópole, Constituição Estadual, etc). O conselheiro Gilmaro comprometeu-se em conversar com o Secretário e com o Diretor da SEDU no sentido de informar a posição aprovada na CT e já discutida na Plenária da reunião do dia 24 de maio de 2019 e expor a questão, frente inclusive aos questionamentos que o Ministério Público fez, a partir de uma Representação do Observatório das Metrôpoles, com o qual o conselheiro Francisco de Castro concorda. O encaminhamento de um ofício sobre a questão foi aprovado pela CT. Em seguida, Paulo destaca que nas últimas duas reuniões do CONCIDADES Paraná, a pasta de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, bem como a Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social do Estado do Paraná (SUDIS), discutiram que há disposição em contemplar anseios dos movimentos populares, como é o caso de implementar-se programa de moradia social. Paulo também explana que esta intencionalidade reforça-se por conta da



apresentação da Câmara Técnica de Habitação, sob a coordenação de Roland Rutyna, realizada no dia 24/07/2019, cuja temática relacionou-se com moradia e cidadania. Ainda segundo Paulo, como na apresentação esclareceu-se que se trata de um anteprojeto, mas que nele tem-se que as edificações devem ser acompanhadas de aparato produtivo (incentivo a pequenos estabelecimentos comerciais, hortas urbanas, manufaturas de sabão, compotas e similares), é importante que sejam envolvidas as pastas de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, a Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social, devendo-se somar a estas a pasta de Agricultura, bem como a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Isto porque, tais pastas complementam-se. Como Paulo representa as instituições de ensino superior do Estado do Paraná, deliberou-se que é importante marcar e fazer uma vista à SETI. Storer destaca que a COHAPAR está na SEDU, e que aquela tem condições de lidar com os instrumentos da política de moradia. Drabik sugere que a COHAPAR, a SEDU, PARANACIDADE e a SANEPAR indiquem representantes no CONCIDADES como membros das respectivas CT de Desenvolvimento, de Mobilidade, de Habitação e de Saneamento. Paulo informa que a UNICENTRO, de Guarapuava, destinou um terreno para se implantar um campo experimental/demonstrativo. Neste local tem-se o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres - CEPED/UNICENTRO, sendo este uma representação do CEPED/PR, de cunho estadual, estabelecido em Curitiba. Paulo explicitou que no campo experimental/demonstrativo, estabelece-se um modelo de organização que possibilita melhor entender a implantação de edificações com recolhimento de água da chuva, que pode ser utilizada para irrigar hortas urbanas. Ainda explica que a UNICENTRO possui laboratórios que lidam com alimentos, bem como tem outros espaços de agroecologia e agricultura biodinâmica, que podem servir para potencializar o projeto de moradias sociais. Neusa informa que em Cornélio Procópio também há Projeto de 138 unidades autossuficiente com rede de comércio e serviços, com espaços comunitários de geração de renda, com padarias, hortas comunitárias, espaços para equipamentos urbanos e sociais. Paulo esclarece que esteve em Pontal do Paraná, onde existem experiências importantes de serem observadas, pois servem de modelo para as moradias sociais. Também há pessoas que estão em terras que precisam ser regularizadas, sendo questões afirma que a regularização fundiária pode ser feita pela COHAPAR, se for urbano, ou ITCG, se for área rural, sugerindo que deve ser feita uma solicitação ao IAP e Águas Paraná para que possam auxiliar nesta empreitada. Storer reafirma que o Litoral não tem representantes no CONCIDADES e que seria importante que tivessem alguém no conselho. Paulo dispôs-se a contatar o pessoal que visitou em Pontal, para que se organizem para participar do conselho. Paulo como representante das instituições de ensino superior no CONCIDADES, solicita apoio da Câmara Técnica no sentido de encaminhar à plenária uma recomendação no sentido de sensibilizar o governo estadual e os funcionários públicos estaduais das universidades, que estão em greve, para que ocorra acerto de negociação entre as partes, para que se garanta por parte destas últimas o atendimento com boa qualidade de vida nas urbes. Isto porque, as universidades públicas do Estado do Paraná são importantes no aprimoramento das questões urbanas. Portanto, esta recomendação deverá ser enviada imediatamente ao governo do Estado do Paraná e aos sindicatos dos funcionários públicos estaduais das instituições de ensino superior. Drabik contrapõe-se a essa proposição pois diz que não caberia ao Conselho esse tema, mas à SETI. A CT deverá encaminhar esta questão à plenária. Na sequência, os conselheiros dirigiram-se à outra sala para assistir à apresentação do



conselheiro Ronald Peixoto Drabik, sobre a Assistência Técnica para apresentar o trabalho que está sendo realizado no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, denominado de Engenharia Pública visando viabilizar com o MDR-Ministério de Desenvolvimento Regional a operacionalização da Lei 11.888/2008-Lei de Assistência Técnica Gratuita, para obter sugestões e subsídios ao CONCIDADES PR. Sem mais, encerrou-se a reunião, às 17h00min.

11. Apresentação do Grupo de Trabalho Água: Ata da quinta reunião do Grupo de Trabalho das Águas- GT das Águas, realizada em 25 de Julho de 2019, com início às 17 horas, no Hotel Estação Express, localizado na Rua João Negrão, 780, em Curitiba-PR, com a presença dos Senhores Conselheiros do Conselho Estadual das Cidades Mandato 2018-2020, conforme lista de presença anexa. Inicialmente o Coordenador do GT das Águas Sr. Erivelto Luiz Silveira do Segmento Poder Público Estadual o qual representa a SANEPAR- Companhia de Saneamento do Paraná, saudou a todos os Conselheiros solicitando à Senhora Secretária do GT das Águas Sra. Maria de Fátima Barth Antão Castro do Segmento Poder Público Municipal a qual representa o Poder Legislativo do Paraná que fizesse a leitura da ata da última reunião, bem como a recapitulação dos encaminhamentos propostos na última reunião, desta feita a mesma procedeu a leitura da ata, ressaltando a questão do Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2017 autoria do Senador Tasso Jereissati que propõe alterações na lei nº9.433 de 8 de Janeiro de 1997 a qual Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recurso hídricos e por último um artigo que trata da outorga de direito de uso de recursos hídricos, em discussão o referido Projeto de Lei, o Coordenador do GT colocou que o mesmo voltou a ser discutido em reunião recente no Senado tendo alteração no número para PL 3261/2019 de 17/07/2019, ressaltou que a finalidade principal é tirar a outorga das águas da ANA, favorecendo a privatização, citou Paranaguá onde também é privatizado e houve colapso do sistema sendo necessária a intervenção do Estado onde o Governador solicitou que a SANEPAR resolvesse o sistema, diante disso o GT definiu que irá elaborar ofício/moção com posicionamento veemente contrário ao referido Projeto de Lei do Senado 3261/2019 o qual após sua elaboração será encaminhado a Secretaria do CONCIDADES para encaminhamento do mesmo ao Governador do Paraná, Assembleia Legislativa do Paraná, Mesa Executiva do Senado e da Câmara Federal, Senador relator do Projeto de Lei Sr. Armando Monteiro, CREA-PR, OAB, CONFEA, Ministério Público e demais órgãos de relevância vinculados à questão dos Recursos Hídricos. Na continuidade citamos a Medida Provisória do Saneamento MP 868/2018 de 27/12/2018 a qual foi extinta. Com relação ao Decreto9.642/2018 de 28/12/2018 o qual determina a extinção gradual dos subsídios nas tarifas energéticas por meio do fundo setorial da conta do Desenvolvimento Energético (CDE) incluindo os subsídios para o saneamento comentou-se que foi aprovado, desta feita, a partir de 2019 o referido subsídio será reduzido em 20% ao ano até ser extinto em 2023. Em continuidade o Coordenador do GT colocou que com relação a ata de audiência pública sobre abastecimento de água realizada em 19/12/2018 no Município de Quatiguá, ata entregue pelo Presidente da Câmara de Quatiguá Sr. Chrystian Reis Galvão Coser, Vereadores Eduardo Molina e Pedro Francisco Toledo, para a Secretária deste GT a fim de que houvesse encaminhamentos através do CONCIDADES, verificou-se os ofícios encaminhados pelo CONCIDADES contendo as solicitações do GT quanto a esta problemática sendo que o ofício encaminhado para o Instituto Água e Terra sob o protocolo eletrônico



15.863.846, continua sem resposta, quanto ao ofício encaminhado à Polícia Ambiental sob o protocolo eletrônico 15.863.795.2 o mesmo permanece sem resposta, quanto ao ofício encaminhado para o Ministério Público do Paraná o mesmo foi recebido pelo Promotor de Justiça Dr.Regis R. Vicente Sartori, o qual encaminhará o mesmo para o Ministério Público da Comarca de Quatiguá, o ofício do CONCIDADES solicita que as instituições acima mencionadas verificassem: - as outorgas existentes na bacia que abastece o Município de Quatiguá à montante da captação; - identificação de possíveis captações clandestinas; - existência de atividades de preservação e conservação do manancial por parte do Município, SANEPAR e do Governo Estadual. O GT identificou que não foi enviado ofício conforme solicitado a SANEPAR, desta feita, reiteramos nossa solicitação ao CONCIDADES em caráter de urgência a fim de que possamos dar retorno à Câmara de Quatiguá ressaltamos que no ofício do CONCIDADES para a SANEPAR deverá constar a solicitação de informações quanto às atividades e ações de preservação desenvolvidas no manancial de abastecimento do Município de Quatiguá, nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a 5ª Reunião do GT das Águas e eu, Maria de Fátima Barth Antão Castro, secretária deste Grupo de Trabalho, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada é assinada pelos membros presentes. **12. Apresentação do Grupo de Trabalho Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos:** ATA DA REUNIÃO DO GT de MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS, DO CONSELHO DAS CIDADES DO PARANÁ / CONCIDADES - PR, que ocorreu no dia 25 de Julho de 2019, com início às 16:45 horas, no Hotel Estação Express, na Rua João Negrão, 780, Centro, Curitiba, Paraná, com a presença dos seguintes conselheiros: Alcione Cunha (AGAP-DEVIVA); Hélio Bampi (FIEP); Hilma de Lourdes (MNLN); Maria José Barbosa (CMP); Maria das Graças Silva de Souza (MNLN); Neuza Pereira da Silva (UMP); Neuza Matias Catarina (CMP); Maurício R. de Souza (MNLN); Janaína de Fátima Chudzik (IHG PR); Maria das Graças Silva de Souza (UMP); Roland Rutyna (SUDIS); Joseli Colaço (SUDIS), a qual teve a pauta: 1. Abertura realizada pela Coordenadora Maria das Graças Silva de Souza que convidou Janaína de Fátima Chudzik para secretariar. Aprovação da Ata da Reunião anterior por unanimidade. Apresentação das respostas pela SUDIS dos ofícios encaminhados solicitando informações sobre áreas em processo de integração de posse, os quais foram considerados respondidos parcialmente; quanto aos dados solicitados ao SUDIS foram considerados como dados parciais. Em seguida, o senhor Roland Rutyna (SUDIS) trouxe à discussão a estrutura do SUDIS informando que os conflitos fundiários do Estado atualmente estão sob sua responsabilidade; o Sr. Mauro Rockembach preside a Comissão Estadual de Conflitos, no entanto, paralelamente o governo criou um Comitê Interno, logo existem três filtros SUDIS, GT do Governo e a Comissão Estadual, atualmente sem representação da Sociedade Civil, conforme do Decreto 10.438/18; continua quanto aos dados solicitados, contextualizando a inexistência de dados tabulados que possam atender à solicitação deste GT, isto ocorre por falta de disposição política; finalizando, entende que o CONCIDADES pode provocar de forma orgânica através de uma conferência ou audiência que traga resultados para a questão dos conflitos fundiários urbanos. Hilma (MNLN) fala sobre a falta de dados técnicos oficiais e a retomada da organização dos movimentos sociais implementando o enfrentamento ao retrocesso na função social da propriedade. Maria das Graças (MNLN) informa que o GT de Conflitos Fundiários é Estadual e Nacional e já realizou um seminário em âmbito nacional. **2 Deliberações:** Organizar uma Conferência Estadual sobre Conflitos Fundiários Urbanos; solicitar a inclusão da sociedade

civil, no segmento de movimentos sociais, no Decreto 10.438/18; reiterar o item 2, criação de diária para acompanhamento das mediações envolvendo os conflitos fundiários urbanos no Estado; alteração do nome do GT de Conflitos Fundiários para Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião do GT CONFLITOS FUNDIÁRIOS e eu, Janaína de Fátima Chudzik (IHGPR), secretária ad hoc, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes. **13. Apresentação do Grupo de Trabalho Acompanhamento dos Conselhos:** No dia 25 de Julho de 2019 reuniram-se em uma das salas do hotel Estação Express a rua João Negrão, 780 Centro Paraná os membros do Grupo de Trabalho Acompanhamento dos Conselhos Municipais. Estiveram presentes Ana Lucia Rodrigues do seguimento Movimentos Sociais e Populares da UMP – PR; Aparecido da Silva Castro do seguimento Sociais e Populares CONAM; Carlos Augusto Storer do seguimento do Poder Público Estadual PARANACIDADE; José Borges do seguimento Movimentos Sociais e Populares do MNLM; Marcia Gomes de Oliveira do seguimento Movimentos Sociais e Populares do MNLM; Paulo Nobukuni do seguimento profissional Acadêmico e Pesquisa UNICENTRO; Sebastião Francisco Rego do seguimento Movimentos Sociais e Populares CMP. Foram escolhidos para coordenar a reunião Carlos Augusto Storer e para secretariar Paulo Nobukuni. Leu –se a Ata anterior e observou-se que não houve resposta da SEDU/PARANACIDADE quanto a padronização dos conselhos municipais das cidades. Discutiu-se como se encontram sendo que há diferenças de um município para o outro, destacou-se a dificuldade de compor a proporcionalidade em especial quanto aos municípios com pouca população pois não existem neles determinados seguimentos sociais. Storer esclareceu que apesar de existir documento básico quanto aos conselhos municipais das cidades, em alguns casos é praticamente impossível seguir o mesmo. Ana Lucia questionou se existem problemas quanto aos conselhos municipais das cidades, inclusive destacando alguns municípios de Maringá. Aparecido da Silva Castro argumenta que se deve acionar o Ministério Público quando existem problemas relacionados ao não encaminhamento deles. Storer afirmou que haverá esclarecimento por parte da SEDU/PARANACIDADE aos municípios quanto aos mesmos em implementar o conselho municipal das cidades, sendo isto através da participação das reuniões das 19 associações de municípios. Nesta oportunidade, os conselheiros serão comunicados. Ana Lucia encaminha que se produza uma nota técnica a ser enviada a todos os municípios para que eles constituam e implementem os conselhos das cidades, bem como quanto a revisão dos planos diretores. Marcia Gomes de Oliveira argumenta que a proposta é muito pertinente pois há argumentos que não dão importância aos conselhos. A questão proposta por Ana Lucia foi aprovada. Sem mais encerrou-se a reunião as 18:30. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a 42ª Reunião Ordinária. Juliana da Luz Oliveira, assessora do CONCIDADES / PR, lavrei a presente Ata, após lida e aprovada por todos os conselheiros presentes.